

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

BARATIER (E.). — **La demographie provençale du XIIIe au XVI siècle.** Paris. S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe section. Coleção "Demographies et sociétés".

Um cálculo, mesmo aproximativo, da importância numérica das populações é necessário para se compreender os acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Para a época medieval não existem registros civis, uma estimativa demográfica parece impossível. Entretanto, certas fontes (lista de "fogos", livros de impostos, lista de homens que prestam homenagem ou participam da assembleia municipal) fornecem elementos interessantes e permitem preencher, de certa maneira, essas lacunas.

No quadro geral da Provença, no sudeste da França, nos atuais departamentos de Bôcas do Ródano, Var, dos Baixos-Alpes, dos Alpes Marítimos e no "Arrondissement" do Alto do Vaucluse, o autor esforçou-se em procurar sistematicamente êsses documentos do XIII ao XVI século. Após ter estudado com precisão o valor demográfico dêsses textos, agrupou os resultados em quadros distribuindo as comunidades por bailios e vicariatos. Êsses quadros, preciosos para o cálculo dos recursos humanos numa localidade ou numa circunscrição regional, permitem igualmente um cálculo muito aproximativo da população provençal entre 1315 a 1471 (anos favoráveis, em que os números de "fogos" reais são conhecidos em quase tôdas as aglomerações da região). Para certas cidades é possível traçar curvas exatas que mostram uma evolução demográfica minuciosa durante dois séculos. Em nível mais elevado, comparando êsses resultados com os do Antigo Regime, obtêm-se precisões sobre a evolução geral da população provençal e sobre as diferenças regionais que as caracterizam. Mapas e gráficos esquematizam claramente essa transformação do XIII século até a Revolução.

Essa obra, além dos dados numéricos que fornece sobre a população medieval das comunidades provençais, tem igualmente um interesse metodológico. Comenta e discute o valor demográfico de certos documentos e mostra a maneira como utilizá-los.

E. S. P.

*

GIOFFRE (Domenico). — **Gênes et les foires de change de Lyon a Besançon.** Paris. S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe section. Coleção "Affaires et gens d'affaires".

O objetivo principal dêste livro é o de estudar a participação dos mercadores e do capital genovês na atividade financeira e mer-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

cantil que se desenrolou entre 1494 e 1535 nas feiras de Lyon, a maior manifestação da vida financeira e comercial francesa no plano internacional.

O movimento de vendas e compras e de mercadorias entre as duas praças, os empréstimos aos soberanos, a atividade e o jôgo das sociedades comerciais ligures agindo em estreita ligação com os maiores centros comerciais da época, o trabalho diplomático desempenhado pelos genoveses para se manterem em Lyon, enquanto estavam expostos às conseqüências, no plano econômico, das vicissitudes políticas do tempo, constituem os diversos capítulos dêsse trabalho. O abandono definitivo e prenhe de graves conseqüências do grande mercado de Lyon, sustentado pelo Rei de França, e a escolha de Besançon, nas terras do Sacro-Império Romano-Germânico, como nôvo centro genovês destinado a tornar-se bem rapidamente o maior centro de crédito da Europa, finalizam êsse trabalho onde tudo é visto à luz dos 683 documentos dos Arquivos de Gênova transcritos em apêndice, alguns resumidos, outros parciais, outros ainda de inteiro teor.

E. S. P.

*

VAZQUEZ DE PRADA (Valentin). — **Lettres marchandes d'Anvers.** École Pratique de Hautes Études. VIe. Section. Centre de Recherches Historiques. Coleção "Affaires et Gens d'Affaires". N.º XV. Paris, S. E. V. P. E. N. 358 págs., I vol.

Prosseguindo estudos de Henri Lapeyres sôbre Simon Ruiz, influente banqueiro da época de Filipe II, o autor dedica quatro alentados volumes a respeito das relações comerciais entre a Península Ibérica e Antuérpia em fins do século XVI e início do XVII.

No Volume I, que temos à mão, Vazquez de Prada estuda a família Ruiz (irmãos Simón e Cosme), através de seus negócios e sua correspondência mercantil. As fontes principais para esta apreciação histórica foram os arquivos particulares de Simón e Cosme, conservados durante muito tempo em Medina del Campo, e transferidos, depois de organizados por Henri Lapeyre, para os Arquivos Históricos Provinciais de Valladolid.

Esta correspondência comercial dos irmãos Ruiz é mais alentada entre Espanha e Antuérpia (onde mantiveram movimentado escritório comercial), razão por que é o assunto principal da obra de Vazquez de Prada; são cêrca de 3.000 documentos, relativos ao período de 1558 a 1606, ou seja, quase meio século de relações comerciais, em que transparecem todo seu emaranhado, suas linhas principais, e sobretudo a importância espanhola dentro do mercado antuerpiense.

Depois de focalizar a família Ruiz, seus negócios e sua correspondência, o autor estuda o desenvolvimento comercial de Antuérpia no século XVI, e sua vida econômica na segunda metade dêsse século e início do XVII. Analisa o campo dos transportes terres-

tres e marítimos, levantando o problema da incidência dos corsários sôbre a navegação entre Espanha e os Países-Baixos, e mostrando o início da preponderância inglêsa e holandesa no Atlântico.

Merecem atenção especial os capítulos IV e V, que se referem às exportações e importações realizadas entre Antuérpia e a Península Ibérica: produtos agrícolas, produtos têxteis, metais e produtos metálicos, mobiliário, tapeçarias, etc., originários dos Países-Baixos e interior da Europa, contra especiarias, drogas e açúcar, produtos alimentícios, corante e alumen, algodão, lã e couros, provenientes do império colonial espanhol.

Mas, se estes produtos constituem o grosso dos transportes e das atividades comerciais, Antuérpia não representa sômente isso, e também um poderoso mercado financeiro, uma bolsa de negócios que se ligava com feiras e bolsas estrangeiras, e que estava relacionada com os homens de negócio espanhóis e com a própria Côrte. A organização, mecanismo, hábitos e outros negócios da bolsa são estudados particularmente no capítulo VI, e inclusive as falências que se seguiram aos períodos de crise financeira.

O capítulo VIII estuda as “nações” comerciais e suas atividades em Antuérpia, destacando-se inglêses, alemães, franceses, italianos, portugueses e espanhóis; e o Apêndice descreve as principais firmas que aí operavam, bem como sua capacidade econômica, suas relações comerciais, etc.

A parte final da obra contém quadros sôbre pesos, medidas e moedas; correios, fretes, seguros e alfândegas; preços de mercadorias; alterações de câmbio e alguns “asientos”.

Os demais volumes prosseguem o estudo traçado por Vazquez de Prada sôbre Antuérpia através de cartas comerciais, e trazem, indubitavelmente, excelente contribuição para a história econômica do Atlântico no século XVI e início do XVII, sobretudo as relações entre Antuérpia e Espanha.

CARLOS AURÉLIO MOTA DE SOUZA

*

DEVÈZE (M.). — *La vie de la forêt française au XIVE siècle*. Paris. S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches historiques. VIe section. Coleção “Les hommes et la terre”. Tomos I e II.

A história da floresta tem uma grande importancia sob todos os pontos de vista, e particularmente para o período anterior à Revolução industrial dos séculos XVIII e XIX: a floresta, quadro natural originalmente e que pode ser então estudado sob o ângulo puramente biológico, foi largamente humanizada desde o período neolítico, e com mais razão ainda na era histórica.

O estudo que os alemães chamam de “silvático”, isto é, da evolução das essências e do reflorestamento dos nossos dias às idades geológicas, deve ser acompanhado dum estudo das relações do homem com a floresta.

Reservatório de matéria lenhosa, pronta a servir a tôdas as necessidades industriais, ou quase, a floresta foi ainda utilizada pelo homem para a sua alimentação (caça sobretudo, mas também mel, frutos selvagens, bagas de tôdas as espécies, cogumelos, etc...) e o homem serviu-se dela sobretudo como de pastagem para seus animais domésticos.

Na época do Renascimento, todos êsses usos florestais ainda subsistem, mas cada vez mais no alvorecer do capitalismo, a floresta torna-se objeto duma exploração comercial prôpriamente falando. Em França, por outro lado, a floresta, que foi durante longo tempo imensa, tornou-se menor depois de muitos debastamentos da Antiguidade à Idade Média, e salvo em algumas regiões montanhosas ou inóspitas, ela teve desde o século XVI de levar avante um programa de salvação e conservação. Nela, como em muitos outros domínios, a realza, proprietária de muitas florestas, e sobretudo das mais belas, deu o exemplo: é a administração florestal real, que se mostrou a única à altura de defender as massas florestais ameaçadas de desapareição.

Êsse livro estuda, pois, os problemas das vicissitudes da administração florestal, a emprêsa possessória dos guardas florestais reais sôbre os domínios eclesiásticos, comerciais e mesmo senhoriais;

— problema da exploração econômica da floresta francesa (alimentação das forjas, vidrarias, estaleiros navais, abastecimento das grandes cidades em lenha, pequenos misteres da floresta, pastagem e devezas na floresta, evolução do direito de caça, etc...);

— problema da exploração metódica da floresta e do reflorestamento: é no século XVI que aparece verdadeiramente uma tentativa racional, se não científica, de valorizá-la — é o início da silvicultura).

— problema da comercialização da madeira.

Sob o ponto de vista social, enfim, êsse livro não podia esquecer as grandes questões que são a história da propriedade florestal, a história do direito do uso, do ensino e da servidão. Em particular esclarece a luta quotidiana dos grandes proprietários, sempre e cada vez mais desejosos de tirar dinheiro dos seus bosques, e das aldeias titulares de direitos de uso cujos abusos muitas vêze foram pretexto a uma restrição a êsses mesmos direitos.

A vida da floresta francesa no século XVI é, pois, uma parte não negligenciável da vida francesa durante êsse século XVI que com razão é chamado de “revolucionário”.

E. S. P.

*

VIANNA (Hélio). — **História do Brasil**. Edições Melhoramentos, 2 vols., São Paulo, 1961-1962, 674 págs.

Procedendo, na **Introdução** desta obra, a ligeiro relato sôbre o ensino da História do Brasil, em nosso país, o autor aponta-nos a grande dificuldade com que sempre lutaram os seus professôres, nos

diferentes graus de ensino, por não terem livros de texto à altura do seu magistério e do interesse dos alunos, ou, simplesmente, por não terem livros.

Lembra, a propósito, as diferentes tentativas de compendiar a história nacional, com fins didáticos, cometidas por autores como José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (calcado em Ferdinand Denis) e Joaquim Manuel de Macedo (todos em nível secundário).

No tocante ao ensino superior, o autor preferiu não historiar as experiências que também tiveram lugar, no sentido de oferecer livros textos para os alunos, como é o caso de alguns títulos, cuja adoção chegou a ser outrora bastante larga entre os estudantes, do que, aliás, é comprobatório o fato das sucessivas edições que alcançaram e continuam alcançando, caso em que estão os **Elementos de História do Brasil**, de F. T. D., a **História do Brasil**, de João Ribeiro, a **História da Civilização Brasileira**, de Pedro Calmon e poucos mais que, inclusive, traziam no frontispício ou mesmo no proêmio, a observação de que se destinavam ao “curso superior”.

Com a criação das Faculdades de Filosofia, o ensino da História do Brasil, em nível superior, foi aquinhoado com elementos de pesquisa científica e metodologia pedagógica, até então ausentes, ou quase ausentes.

A estrutura dos estudos de História, entre nós, pelos seus objetivos de informação e interpretação, e mesmo pela ambição científica que tem hoje, não toleraria que apenas um livro de texto, por melhor que fôsse, pretendesse bastar-se aos alunos. Daí, votarmos, há muito, condenação ao sistema das chamadas “apostilas” que, viciando o aluno a limitar-se a um único texto, com tôdas as nocentes implicações que isto possa ter, afugenta-o ainda de maior informação bibliográfica, sempre indispensável ao estudo sério e honesto. Não obstante êsses resultados negativos atingidos pelas “apostilas”, elas chegaram a transformar-se em autêntica “indústria”, por obra e graça de professores e alunos de determinados centros universitários.

E' claro que, com esta objurgação, não pretendemos visar a “apostila” em si. Mas, é o seu desvirtuamento, isto é, o intento de fazê-la suficiente, que não aceitamos e que nos levou a esta digressão, um tanto fora de propósito nesta resenha.

Com o esforço de revisão e síntese que cometeu, o prof. Hélio Vianna não desejou, é evidente, dar ao estudante universitário de História o seu livro definitivo de História do Brasil, onde êle encontrará tudo o que precisa, não apenas para as provas e entrevistas que terá de arrostar, como para a sua formação de pesquisador e professor de História.

Pretende, isto sim, oferecer ao aluno a síntese e, portanto, a visão de conjunto de mais de quatro séculos da história brasileira, com tôdas as suas implicações administrativas, políticas, sociais e econômicas.

E', por conseguinte, uma obra de útil consulta, para o sincronismo dos fatos, a localização dos problemas e as informações complementares.

Cumprindo estas finalidades, inclusive didáticas, a obra foi esquematizada com títulos e capítulos propostos em linguagem acessível, em ordem cronológica, com a minudência e a seriedade científica que distinguem os trabalhos do autor da **História da viação brasileira**.

Lembrando à página 333 ter a administração pombalina permitido a navegação fora das frotas "para maior facilidade", poderia o autor ter esclarecido qual seria essa facilidade. Aliás, a orientação de Sebastião José de Carvalho e Melo, nesse sentido, apenas consolidava uma prática que, não obstante em caráter excepcional, vinha se consagrando em todo o século anterior, isto é, mesmo enquanto vigorou o sistema de frotas, el-rei tolerou, por diferentes motivos, incontável número de privilégios, através de documentos especiais, contrários às suas próprias ordens, que proibiam a navegação isolada.

As implicações desta dúbia orientação eram inúmeras e bastante importantes, como se pode deduzir.

À página 218, fala no **advogado** Francisco Glicério, quando o ilustre político campineiro, sem deslustre para a sua atividade advocatícia, foi apenas um rábula.

Poupando ao regime monárquico e aos seus ilustres representantes críticas mais severas, o prof. Hélio Vianna dá ensejo, em certas passagens, a que discordemos de algumas de suas conclusões.

Por último, e atendendo ao primordial objetivo a que se propôs atingir esta obra, isto é, servir um público constituído de estudantes universitários, como instrumento didático, consideramos necessária complementação a remessa do leitor para bibliografias especializadas e seletivas sôbre cada assunto, que deveriam figurar no final de cada capítulo ou de cada volume.

Fazendo referências, poucas vêzes, a esta ou àquela obra que mais detidamente trata do assunto, o autor nem sempre aponta aquelas consideradas essenciais. Com a mesma finalidade de auxiliar o leitor, supostamente universitário, conviríamos, também, na importância de índices onomásticos e de assuntos.

Guardando rigor na exatidão das afirmações, na apuração dos fatos, na retificação das incorreções de outros autores, muitas já consagradas, a obra do prof. Hélio Vianna não oferece, assim, grandes oportunidades para a crítica.

Tão sômente, poderíamos discordar de algumas das opiniões expendidas pelo autor, pois, no mais, a sua **História do Brasil** revela, a cada passo, o grande esforço de pesquisa que exigiu, o acervo de leituras e mesmo a erudição de que o autor se muniu para lançar-se a esta obra, que significa um coroamento de carreira, muito embora tenhamos razões para continuar esperando outros inúmeros e importantes trabalhos do ilustre historiador.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

MAURO (Frédéric). — **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. siècle, 1570-1670** (Étude économique). École Pratique des Hautes Études, Paris, 1960, 550 págs.

A expansão da política colonial portuguesa, identificada no seu capitalismo comercial, mereceu do prof. F. Mauro ambicioso esforço de compreensão histórico-econômica, que não invalidou as implicações de natureza geográfica e sociológica, além da abordagem do que o autor chama de teorias econômicas do passado.

Impressiona-nos, preliminarmente, a extensão que o seu propósito de estudo exigiu da pesquisa documental e bibliográfica, remetendo-o a arquivos e bibliotecas de Portugal, Brasil, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Itália.

Como, realmente, o acervo documental português se dispersa por nada menos de quatro continentes: Europa, África, América e Ásia, ter-se-ia mais completo ainda o já bastante vasto plano desta obra, com a investigação dos arquivos da África e Ásia portuguesas, na documentação que acreditamos não ter sido ainda recolhida aos arquivos metropolitanos.

Sob os auspícios de renomadas instituições científicas, o autor completou a sua pesquisa e estudo com o diálogo e o intercâmbio de cientistas de latitudes diversas.

Procurando resenhar, em sua **Introdução**, dirigida, evidentemente, ao público francês, ou pelo menos a especialistas franceses, as insuficiências e as qualidades da historiografia luso-brasileira, considera a sua contribuição de História Econômica à História Geral, expendendo opiniões sobre autores e obras, com que nem sempre poderemos acordar.

O plano do seu trabalho se divide em três partes. Na primeira, intitulada "O oceano e os seus impedimentos", o prof. Mauro procede, em cinco capítulos, a longa exposição das dificuldades arrotadas pela empresa marítima portuguesa.

Arrolando dados técnicos sobre as rotas oceânicas, construções navais, condições de viagem a bordo e problemas de navegação ao longo das ilhas e continentes, o autor ressalta o cometimento lusitano.

Na segunda parte, "Os setores da atividade econômica", estuda as diferentes riquezas ultramarinas, nas suas fases de produção e circulação, promovidas pela atividade comercial portuguesa.

Assim, a madeira, da qual, aliás, limita-se mais ao estaque do pau-brasil, os escravos, o açúcar, o sal, a pesca da baleia e a pesca em geral, bem como, também, os produtos metropolitanos como o trigo, o vinho, o azeite e os coloniais, como a pecuária e as especiarias.

São considerados, também, outros produtos tropicais brasileiros, que não chegando a constituir uma economia cíclica, representando até mesmo, muitas vezes, uma forma ancilar, têm, no entanto, ponderável papel na conjuntura econômica portuguesa aqui estudada (1570-1670). E' o caso do algodão, cacau, mandioca e tabaco.

Termina essa parte, enumerando os produtos tintoriais: “cocho-nilha”, anil, urzela, garança, etc., além de referir-se a produtos como o salitre, a pólvora, sabão, etc.

Na terceira e última parte, “Aspectos gerais e movimentos de conjunto”, destina dois capítulos à moeda, nêles estudando os metais preciosos da África e Brasil, que trariam tão profundas conseqüências menos para a economia portuguesa, do que para a economia européia, particularmente, da Inglaterra.

A seguir, procura o autor acompanhar os planos de comércio ordenados pela política. Nesse sentido, a posição estatal perante a economia colonial, na sua orientação, flutua muitas vêzes entre o proteccionismo e o simples intervencionismo.

Finalmente, o prof. Mauro nos dá um esforço de compreensão da conjuntura geral que sofre o império, analisando os fatores geográficos, as estruturas econômicas e a economia e a sociedade. Encarece, concluindo, as condições geográficas e náuticas favoráveis à economia atlântica portuguesa, no período estudado.

Trata-se de uma época em que os portugueses já conheciam as melhores rotas marítimas, os pontos de escala e a melhor utilização dos ventos. A sua navegação não deixara de ser penosa, mas muito evoluiu na articulação do vasto império ultramarino.

Nesse sentido, o Brasil, a nosso ver, tem excepcional importância, particularmente através das relações de todo o tipo, estabelecidas através do pôrto do Salvador.

O sincronismo das viagens do Brasil com a **Carreira da Índia**, podia ter sido melhor ressaltado pelo autor para mostrar, inclusive, o comércio intercolonial.

Concluindo, ainda, aponta a significação da entrada dos produtos tropicais no comércio português, como, também, as atividades econômicas que o próprio Atlântico oferece em proporções notavelmente superiores ao Índico.

Confronta, a seguir, os contrastes entre os impérios coloniais português e espanhol, na sua política e na sua economia.

Reconhece um tipo especial associativo na Companhia Geral do Comércio do Brasil, pelas suas finalidades e preocupações militares, incomparavelmente de menor projeção que as manifestações econômicas ocorridas em outros sistemas coloniais. A seu ver, a economia portuguesa logrou uma solidez grande, através do Atlântico, no século XVII, em meio à estagnação de grande parte da Europa meridional.

Completam o volumoso tomo vários gráficos, quadros estatísticos, cartas, etc. Índices de nomes, lugares e pessoas, completa bibliografia temática e regional, além de minuciosa indicação das fontes valorizam o exaustivo estudo.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

GILLE (Bertrand). — **Les forges françaises en 1772**. Paris. S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. Centre de Re-

cherches historiques. VIe section. Coleção "Affaires et gens d'affaires".

Geralmente ignora-se que o Antigo Regime utilizou-se da Estatística de maneira bastante precisa. Muitos inquéritos industriais, bem minuciosos, foram organizados. Este livro é a publicação duma pesquisa efetuada em 1772, a pedido do Abade Terray, sobre a indústria siderúrgica. Ela nos fornece indicações muito precisas sobre todas as empresas metalúrgicas da França. Situação, produção, nome dos proprietários e das modalidades da exploração, são exatamente indicados. Temos, pois, aí uma amostragem da indústria metalúrgica no fim do reinado de Luís XV que nos desperta um grande interesse. Se todos os dados dessa pesquisa, dispersa através da França, não podem ser encontrados, possuímos entretanto, resposta para um grande número de regiões das mais interessantes a esse respeito. Esse documento prestará grandes serviços a todos aqueles que se interessam pela história econômica e mesmo pela história local.

E. S. P.

*

GOULART (José Alídio). — **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**, ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1961, 268 págs.

Em ampla pesquisa documental e bibliográfica o autor coligiu circunstanciadas informações que jaziam na correspondência oficial, em assentamentos contábeis de fazendeiros de antanho, em relatos de viajantes estrangeiros e nas obras de escritores que, tratando do tema, não tiveram, todavia, as ambições deste livro, como foi o caso de Pandiá Calógeras, Hugo de Carvalho Ramos, Alfredo Ellis Júnior, Hélio Vianna, Afonso Arinos e outros mais.

E', assim, válido este trabalho, sobretudo pela sistemática do assunto.

Servindo, no espaço de séculos, às grandes economias cíclicas, como, também, à circulação interna da riqueza de subsistência, as tropas acabaram por constituir um organismo econômico ancilar na medida das requisições de transporte, principalmente dos centros mineradores, que representavam grande poder aquisitivo, e em épocas mais recentes, da cafeicultura sulina (Rio e São Paulo).

Não obstante, sentimos que na viação brasileira do período colonial, os cargueiros, como indústria comercial de transportes, ainda que diretamente ligados, no seu aparecimento, ao ciclo da mineração, sucederiam por si, isto é, independentes aos grandes ciclos, mas condicionados simplesmente ao comércio regional (Sul, Leste e Centro-Oeste) e à articulação entre os centros produtores e consumidores.

A integração da campanha sulina ao complexo econômico colonial se fez através do Rio Grande do Sul, particularmente, pois lá se localizou, desde logo, o maior centro criador e reprodutor de gado muar. As tentativas que, posteriormente, tiveram lugar em ou-

tras regiões, como Minas, para a criação de bÊstas, não alcançaram os índices do Sul.

O intenso trânsito de animais se fazia através da longa estrada que unia o Território das Missões e Pôrto Alegre a Sorocaba, onde ficava a famosa **feira de burros**, cuja colorida descrição está inserta em uma obra hoje difícil de ser encontrada (F. L. d'Abreu Medeiros, **Curiosidades Brasileiras**).

Em um país de desmedidas distâncias, cujos contrastes orográficos não podiam ser subestimados diante da precariedade dos caminhos que, chegando a ligar quase todo o país, o faziam, entretanto, com aquela imperfeição minuciosamente estudada por Capistrano, crescendo-se, ainda, a escassez de tipos de transportes utilizáveis ou disponíveis, os cargueiros, apesar dos seus inconvenientes, suplantaram, durante séculos, outros veículos ou meios de transporte, como o escravo, que se lhe não podia comparar em resistência, segurança, capacidade de carga e até mesmo pontualidade, e o carro-de-boi, válido nas planuras e caminhos largos.

Apenas nas regiões de rede hidrográfica navegável, os cargueiros cederam lugar aos barcos, veículos menos onerosos e mais rápidos.

Na economia paulista, mostra-nos o autor, que o chamado "ciclo do luar" ofereceu dois aspectos, ambos comerciais, o do mercado de vendas e o transporte dos produtos.

Ganhou, assim, São Paulo, duplamente, pois se serviu do luar para escoamento das safras de açúcar e café, e serviu de intermediário entre criadores e tropeiros, promovendo a subida dos animais que pagavam tributo no pôsto fiscal de Curitiba (a essa época terra paulista) e na feira de Sorocaba.

Ao longo das páginas dêste livro é possível conhecermos as características das tropas, a vida itinerante dos cargueiros, o trato da carga, os pousos, o tropeiro e a sua indumentária, a dieta alimentar, costumes, ajudantes, etc.

Com êsse mesmo objetivo restaria ao autor o estudo da zona de criação, em todo o conjunto de elementos que determinaram a intensa pecuária que ali se desenvolveu: processos de criação, pastoreio, seleção, aproveitamento, capitalização, rentabilidade, nível de vida, etc.

Sem êste estudo, que acreditamos não ter sido feito pelos que têm tratado do assunto, padece a amplitude enciclopédica que se pretendeu dar ao tema dêste livro.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

*

A NOVA AFRICA (vários autores). Planejamento e organização de João Alves das Neves. Coleção "Mundos Novos", Editôra Anhembi, São Paulo, 1961.

"De um extremo a outro da terra, os negros, separados pelas línguas, pela política e pela história dos seus colonizadores, têm em comum uma memória coletiva".

Jean Paul Sartre ("Orphée Noir").

A bibliografia brasileira sôbre a África, com exceção apenas talvez de alguns títulos de ambição antropológica ou histórica, é de franciscana pobreza.

Até pouco tempo atrás, costumávamos motivar a nossa informação, menos por uma orientação política de economia e de cultura com interêsse intercontinental, do que por uma visão de perspectivas inteiramente deformes pela literatura e pelo cinema.

Falta-nos, sôbre o grande continente, o conhecimento amplo, planejado, científico e universitário, que as nações européias e os norte-americanos lhe têm devotado.

Em cotêjo com todos os que estendem hoje a mão à África, levamos uma certa vantagem: não promovemos o transplante de nossas instituições para lá, integrando os africanos nelas, mas os trouxemos para as nossas instituições, integrando-os em nossos chãos; se nesse processo os nossos métodos não diferiram muito dos das outras nações, no que êles encerravam de abominável, superamos contudo, legando-os, há muito, à condição de simples fato histórico, enquanto que a prossecução dos interêsses colonialistas pelas outras nações, ainda que sob novas formas e fórmulas, só agora entra em seu melancólico crepúsculo; entre o sistema escravocrata e o colonialista há símiles e há contrastes, e isto, historicamente interessa à consciência desperta da África, sob o ponto de vista econômico, social e humano. Mas, deve-lhe interessar, também, saber que, se praticamos a escravidão, sofremos entretanto o colonialismo, conseguindo remover a ambos.

Daí acreditarmos que o intercurso cultural e econômico pretendido, só poderá ser compreendido, tanto por nós quanto pelos africanos, dentro de uma indeclinável perspectiva histórica.

O que devemos conhecer da revolução africana, é o que os africanos devem conhecer da nossa revolução: o coetâneo e o pretérito.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, apartando as condições de centro produtor e comercial, o Brasil teve, para o império ultramarino português, sobretudo, o caráter de **colônia de posição**.

Os seus portos, particularmente os do Salvador e Rio de Janeiro, assistiram, não poucas vêzes, à partida de fôrças para socorrer praças situadas na África Ocidental, como Angola, na África Oriental, como Moçambique, e na Ásia, como Goa.

Fora do intenso comércio intercolonial, recursos materiais e humanos seguiram do Brasil para aquelas partes, quando não, para outras áreas da América, como o Prata, no momento em que ali se fazia sentir a ocupação lusitana.

Inerente a essa política econômico-militar, estava o intercurso cultural, também até hoje não suficientemente estudado, para poder mostrar-nos o acendrado parentesco que guardamos com a África e a Ásia.

Hoje, podemos não concordar **in totum** com a orientação que vem sendo impressa à política brasileira de aproximação afro-oriental. Entretanto, reconhecemos alguns dos bons resultados que ela vem demonstrando. Entre êstes perfila-se a voga literária dos nos-

so dias que, sintomaticamente, encontra um público leitor certo e numeroso, ainda que se torne no presente temerário fazer qualquer afirmação sobre o continente africano, pelo risco de que, passadas algumas horas, possa a mesma ser superada.

Esta é a situação em que se coloca, em inúmeras passagens, esta coletânea intitulada **A nova África**.

Autores, parece-nos que de tendências diversas, são nela reunidos, para dar uma informação geral sobre os complexos problemas que envolvem a cotidiana evolução das jovens nações africanas.

O seu organizador, o escritor João Alves das Neves, abre o livro traçando algumas considerações sobre **O Brasil perante a África**, nas quais aborda com propriedade as raízes que justificam a nossa aproximação daqueles povos, num momento histórico dos mais significativos para ambos.

Em lírica evocação, segue-se o sr. Léopold-Sédar Senghor, que coloca a sua experiência e a sua vivência em favor da união de brancos, negros e mouros, independente da religião e dos preconceitos raciais nas conturbadas áreas africanas, nas quais a França tanto se tem desgastado nestes últimos anos.

Em **Estrutura social e política**, o sr Cheikh Anta Diop desvendamos o desconhecido panorama histórico africano desde o início da nossa era. Mostra-nos as migrações internas e a formação de novos estados condicionados a situações mesológicas, que implicavam num processo de acomodação vegetariana, desde que as manifestações de artesanato e indústria não chegavam a dar-lhes a oportunidade da escala social e econômica desejável. Estuda, ainda, a estrutura econômica impermeável da sociedade escrava dentro do sistema de compensação de castas; o núcleo familiar com as suas relações de parentesco, condicionadas à poligamia; as categorias sociais dentro das camadas escravas, e outros aspectos da África pré-colonial, então prestes a sofrer o impacto que aviltaria as suas formas primevas de vida comunal.

Vem, então, **A partilha da África**, feita sob a desmedida ambição dos colonialistas do século XIX, quando imensas glebas eram trocadas por tecidos, álcool e quejandos, como nos recorda o sr. Ch.-André Julien.

Na vasta exploração humana, de sentido econômico-político, que tem lugar, o negro é ainda apontado como indolente e incapaz, o que é refutado pelo sr. A. Serpos Tidjani em **O africano e o problema do trabalho**, quando analisa uma série de fatores responsáveis por essa situação, que aliás se conjugam com o que expõe o seguinte artigo, **Africanos Subalimentados**, de H. C Trowell.

Dentro dos interesses brasileiros por um mercado consumidor africano, merecem reflexão as considerações feitas pelo sr. Pierre Naville ao examinar o desenvolvimento da **Indústria e Comércio africanos**, em face dos investimentos estrangeiros, comprometidos aquêles pela inexpressividade do mercado interno que, por sua vez, implica na exterioridade do comércio.

A dependência colonial às metrópoles debilita o seu processo de desenvolvimento industrial. Assim, até matérias-primas encontráveis na própria África são importadas, prejudicando, sensivelmente, as já pequenas possibilidades de comércio interno, agravadas por um insuficiente sistema de viação e por outros fatores, muitos dos quais sobreviverão às vitórias anticoloniais.

Esses problemas são focados no trabalho do sr. W. R. Crooker, quando procura justamente apontar as limitações que se impõem à **Industrialização da África**, lembrando, inclusive, as implicações e ligações existentes entre a prosperidade econômica e as conquistas do espírito.

Promovido o processo de desenvolvimento, restarão, entretanto, inúmeros problemas, para os quais as soluções preconizadas em face da realidade africana poderão identificar-se com o **Sindicalismo**, apontado pelo sr. Pierre Paraf, ou com o **Comunismo**, cujas penetrações, oportunidades e impedimentos, o sr. Richard Pattee estuda.

Como momento histórico de profunda significação, a revolução que se processa naquele continente merece ainda três exames expressivos: o do sr. Georges Balandier (**Problemas do desenvolvimento econômico e social**), do sr. Charles-Henri Favrod (**A África entre dois passados**) e do sr. Hubert Deschamp (**Da dependência à interdependência e à interdependência**), nos quais procuram os seus autores mostrar os problemas com que se defrontam ou se defrontarão as nações ex-colonizadas perante o seu próprio continente e perante os demais.

Finalmente, em **O Panafricanismo e as grandes potências**, o sr. Philippe Decraene mostra que os interesses árabes, soviéticos e norte-americanos na África diferem, muitas vezes, na forma dos seus processos de penetração, fundindo-se, não obstante, em seus objetivos. O que, aliás, ocorre, também, em relação aos interesses ingleses e franceses.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA